

POLÍTICA ECONÔMICA

**Fazenda revê orçamento, com base em taxa mais realista da inflação**

2 por Cláudia Safatle  
de Brasília

Ao assumir ontem o cargo de secretário-geral do Ministério da Fazenda, o advogado alagoano, Mário Jorge Gusmão Berard, retornou como titular de um posto que exerceu como adjunto no período da gestão do ex-ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, quando o atual ministro, Mailson Ferreira da Nóbrega, exercia a função de secretário-geral. Amigo pessoal de Nóbrega, Berard foi transferido para uma diretoria da Caixa Econômica Federal com a ascensão da Nova República, onde ficou até anteontem como vice-presidente de planejamento. Como Nóbrega, Berard colocou na obediência orçamentária o ponto-chave da administração da política econômica no front interno.

A próxima tarefa da equipe que assume o Ministério da Fazenda é rever o orçamento fiscal aprovado pelo Congresso Nacional no final do ano passado, recalculando cada rubrica com uma taxa de inflação mais realista que os 120% adotados anteriormente, e prevendo uma queda da atividade econômica, saindo de um crescimento previsto de 6% para cerca de 4% em 1988. A formalização dessa mudança nos gastos do governo será feita mediante pedido de crédito suplementar ao Congresso Nacional. Na administração das finanças públicas de acordo com o novo modelo que começou a funcionar a partir do dia 1º de janeiro, um vazamento já está identificado. Apesar da concepção da reforma das finanças públicas prever um Banco Central (BC) operando apenas com sua carteira de títulos para controle da liquidez, o BC continuará financiando o déficit público na medida em que terá de continuar comprando títulos emitidos pela Secretaria do Tesouro, dado que o mercado não conseguirá absorver as necessidades de recursos da dívida interna para financiar o

déficit público. "Com esse tamanho de dívida, isso acaba sendo inevitável", observou um colaborador do novo ministro da Fazenda. Com a indefinição do nome que ocupará a Secretaria da Receita Federal (SRF), a equipe que vai controlar receitas e despesas está incompleta. A tendência do ministro é viabilizar um secretário que seja do quadro da SRF. Se a solução for interna, ontem havia uma lista de quatro nomes para Nóbrega escolher: Sérgio Rosa, secretário-adjunto da Receita Federal; Osíres de Azevedo Lopes Filho (coordenador do sistema de fiscalização); Francisco de Paula Schettini (administrador da escola fazendária); ou Antônio Milão (secretário-adjunto).

Outro cargo importante que continua vago é o de secretário especial para assuntos econômicos (SEAE), em que dois nomes continuam sendo examinados: Ricardo Santiago e Paulo Cezar Ximenes Alves Ferreira. O primeiro foi secretário de administração de preços e está hoje como assessor internacional e o segundo é secretário-geral-adjunto. Cláudio Adilson, coordenador da comissão de acompanhamento do Plano Bresser, também será aproveitado, embora o cargo ainda esteja indefinido. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) poderá ser ocupada por Regis Guimarães, representante de Mathias Machline em Brasília e a Comissão de Política Aduaneira (CPA) será ocupada por Heloisa Camargo Moreira, que era coordenadora de comércio exterior na Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda. Ontem, o presidente José Sarney recomendou ao secretário-adjunto de imprensa, Carlos Zarur, que esclarecesse que não houve convite a nenhuma outra pessoa para ocupar a presidência do BC, no lugar de Fernando Milliet.